

## PCH Jacaré S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado CNPJ nº 18.471.064/0001-36 Ipatinga - MG

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO TATRIMONIAL EM 31 DE DI					
ATIVO					
ATIVO	Notas	31.12.2017	31.12.2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	229		
Títulos e valores mobiliários	6	66	-		
Outros créditos		2			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		69	229		
Tributos a recuperar		23	9		
Títulos e valores mobiliários	6	1.562	1.374		
Imobilizado	7	41.652	32.768		
Intangível	8	799	799		
Depositos Judiciais		210			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		44.246	34.950		
TOTAL DO ATIVO		44.315	35.179		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)				
Notas	31.12.2017	31.12.2016		
	(2.035)	(63.274)		
12	(1.978)	(844)		
		(60.683)		
12	(57)	(1.747)		
	(2.035)	(63.274)		
13	(2.902)	(3.190)		
	147	406		
	(3.049)	(3.596)		
	(4.937)	(66.464)		
		(247)		
	(4.937)	(66.711)		
11	(0,07)	(0,97)		
	2016 (Em Notas 12 12 12 12 13	Notas   31.12.2017   (2.035)   12   (1.978)   (2.035)   12   (57)   (2.035)   13   (2.902)   147   (3.049)   (4.937)   (4.93		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)				
	31.12.2017	31.12.2016		
Prejuízo do exercício		(66.711)		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(4.937)	(66.711)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO					
PASSIVO	Notas	31.12.2017	31.12.2016		
Fornecedores	9	6.138 48	4.151 31		
Empréstimos e financiamentos	10	2.671	5.111		
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		8.857	9.293		
Empréstimos e financiamentos	10	32.268	34.647		
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		32.268	34.647		
PATRIMÔNIO LÍOUIDO					
Capital social	11	75.863	68.835		
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.860	_		
Prejuízos acumulados		(82.533)	(77.596)		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.190	(8.761)		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO					
LÍQUIDO		44.315	35.179		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	Capital social	Adiantamento para Futuro au- mento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE					
DEZEMBRO DE 2015		63.355	5.480	(10.885)	57.950
Integralização de capital	21	5.480	(5.480)	_	_
Prejuízo do exercício		_	_	(66.711)	(66.711)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Integralização de capital	21	68.835 7.028		<u>(77.596)</u>	<u>(8.761)</u> 7.028
capital		_	9.860	_	9.860
Prejuízo do exercício				(4.937)	(4.937)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		75.863	9.860	(82.533)	3.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Caixa Líquido aplicado nas			
Atividades Operacionais		(5.689)	(5.532)
Caixa aplicado nas operações		(1.605)	(2.596)
Prejuízo do exercício		(4.937)	(66.711)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	12	_	60.683
Provisão para IRPJ e CSLL	12	_	247
Despesas com juros sobre empréstimos			
e financiamentos	10	3.477	3.515
Juros sobre mutúos	13	(145)	(102) (228)
Variações nos Ativos e Passivos	13	(4.084)	(2.936)
Tributos a Recuperar		(14)	89
Depositos Judiciais		(210)	0,7
Outros Créditos		(2)	1
Fornecedores		(742)	80
Tributos a Recolher		17	(52)
IRPJ e CSLL pagos Pagamento de Juros sobre financiamentos		(3.133)	(238) (2.918)
Recebimento de juros de mútuo		(5.155)	102
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas)			
Atividades de Investimento		(6.264)	4.363
Aquisição de títulos e valores mobiliários		(862)	_
Resgate de títulos e valores mobiliários		753	7.081
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(6.155)	(2.682)
Cessão de mútuos	0	_	(3.890)
Recebimento de mútuo		-	3.890
Caixa Líquido gerado pelas Atividades			
de Financiamentos		11.725	1.393
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	9.860	1.598
Captação de mútuos	10	4.390	3.028
Amortização de financiamentos	10	(2.735)	(2.633)
Amortização de mútuos		(6.818)	(600)
Integralização de capital com mútuos		7.028	
Aumento (redução) de Caixa e		(228)	225
Equivalentes de Caixa  Caixa e Equivalentes de Caixa		(220)	
no início do Exercício	5	229	4
Caixa e Equivalentes de Caixa			·
no final do Exercício	5	1	229
Aumento (redução) de Caixa e			
Equivalentes de Caixa		(228)	225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando in do de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Jacaré S.A. ("Companhia" ou "PCH Jacaré") é uma sociedade composta por ações A PCH Jacare S.A. ("Companha" ou "PCH Jacare") e uma sociedade composta por ações de capital fechado em fase pré-operacional, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia"). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Jacaré, situada no Rio Guanhães, Municipio de Dores de Guanhães. Em outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina será de 9,0 MW.

Através da Resolução Autorizativa nº 934/2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A..

A Resolução Autorizativa nº 2.902/2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de junho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de janeiro de 2014 e 1º de fevereiro de 2014, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães ("CCPG") em setembro de 2012.

Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 4.586/2014 ocorreu à transferência dos direitos de exploração da SPE Guanhães Energia S.A. para a PCH Jacaré S.A. devido a necessidade de criação de uma subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. Durante a implantação o projeto foi impactado por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC, especialmente no tocante ao fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, do nas postergações em demasia das datas previstas para a entrada em Operação

Diante disso, em fevereiro de 2015 houve a formalização do 8º Termo Aditivo ao Contrato EPC, que proporcionou uma alavancagem do projeto, além de alteração das datas de disponibilidade para a entrada em Operação Comercial junto ao CCPG, com a primeira máquina prevista para iniciar em janeiro de 2016.

No mês de julho de 2015 a Guanhães Energia recebeu do Consórcio Construtor PCH Guanhães ("CCPG") uma carta solicitando a postergação o período de entrada em operação comercial das UG's da PCH Jacaré, para ocorrer entre os meses de maio, junho de 2016.

Entre os meses de julho e agosto do referido ano, foram expedidas notificações pela Guanhães Energia ao CCPG. Nas referidas notificações foram levantadas questões sobre as atualizações do cronograma de implantação, inadimplência quanto ao cumprimento das datas pactuadas no 8º TAC, além de alertar o CCPG sobre possíveis penalidades contratuais.

Em setembro, foram recebidas outras duas cartas do CCPG solicitando nova alteração no início da disponibilidade para operação comercial das UG's. A primeira indicou que o início da disponibilidade das Unidades Geradoras 01 e 02 da PCH Jacaré seriam em junho e julho de 2016. Já na segunda carta, recebida no final de setembro, o CCPG solicitou outra postergação das datas pactuadas, ou seja, o início da operação comercial da primeira e segunda Unidade Geradora somente ocorreria em outubro e novembro de 2016. respectivamente

Nos meses de outubro e novembro de 2015 a Guanhães Energia con cederia os novos prazos solicitados pelo CCPG. Foi concedido ao CCPG um prazo de cura de 30 dias para a solução da inadimplência, conforme cláusulas dos contratos de seguros Além disso, foram enviadas para as seguradoras Pottencial, Faifax e Austral, correspondên recias comunicando sobre a expectativa de abertura de sinistro e a concessão de prazo dado ao CCPG para cumprimento das obrigações.

Devido a tais circunstâncias, foram enviadas ao CCPG notificações extraiudiciais comuni cando sobre a retenção dos pagamentos para a compensação das multas aplicadas, caso não fosse sanada a inadimplência e não fossem pagas as multas.

Como mencionado acima, o CCPG apresentou atrasos no fornecimento de equipamentos Como mencionado acima, o CCPG apresentou atrasos no fornecimento de equipamentos, suprimentos e serviços nos prazos definidos em contrato, o que impactou diretamente na execução do eronograma de implantação da PCH Jacaré, tendo sido incapaz de solucionar seu inadimplemento no prazo de cura que lhe foi concedido. Além disso, o CCPG não apresentou qualquer plano de recuperação dos atrasos, tampouco demonstrou sua capacidade de cumprir as datas dos novos eronogramas que propôs. Diante desses fatos, o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015.

Levando em consideração a complexidade da recontratação do escopo remanescente da Levando em consideração a complexidade da recontratação do escopo remanescente da PCH Jacaré e que a negociação dependia ainda de uma decisão favorável para obtenção da posse de equipamentos que estavam em poder do CCPG, o processo de recontratação dos novos fornecedores foi mais demorado do que o planejado inicialmente pelo grupo, diante disso a retomada e as suas respectivas ordens de serviço se deram de forma pulverizada.

Para a conclusão das obras, foram assinados os contratos com a SDZ Empreendimentos e Participações, responsável pelo fornecimento de materiais e equipamentos, montagens, serviços de engenharia e obras civis; ENGECON, responsável pela fabricação e fornecimento dos equipamentos hidromecânicos e equipamentos de levantamento, além dos respectivos projetos, montagem e comissionamento e IG, responsável pela finalização da implantação das Linhas de Distribuição.

As novas datas de disponibilidade para a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras 01 e 02 da PCH Jacaré, estão previstas para 01/01/2019 e 01/02/2019, respec-

Após a rescisão do Contrato EPC com o CCPG, foi enviada no dia 22 de dezembro de 2015 a correspondência comunicando a abertura de reclamação de sinistro com à seguradora Potencial solicitando indenização referente à garantia do valor adicional, pactuado através do 8º Termo Aditivo

Em 22 de dezembro de 2015 houve a reclamação de sinistro com à seguradora Poten cial solicitando indenização referente à garantia do valor adicional, pactuado através do  $8^{\rm o}$  Termo Aditivo;

Em 08 de janeiro de 2016, houve a reclamação de sinistro junto às seguradoras Austral Fairfax referente à Garantia de Fiel Cumprimento e tem como beneficiário o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

Em 18 de janeiro de 2016 houve a reclamação de sinistro junto às seguradoras Austral e Fairfax referentes ao saldo remanescente do adiantamento de pagamento efetuado no início do contrato.

Após negativa das seguradoras quanto aos sinistros reclamados, a companhia instaurou na SUSEP, denuncia para questionamento das decisões apresentadas pelas seguradoras. Após análise das denuncias, a SUSEP direcionou uma decisão preliminar para companhia, sugerindo o arquivamento dos processos alegando o fato de não ter sido apurado indícios de irregularidade cometida pelas seguradoras.

Diante da frustração nas tentativas de recebimento Após a negativa das seguradoras, ocorreu, em 07 de dezembro de 2017, a companhia optou pela abertura de ação judicial contra a seguradora Fairfax. e. E a instauração de ações judiciais contra as seguradoras, Austral e Pottencial, em 08/01/2018 e 09/01/2018, respectivamente.

Adicionalmente, além das ações judiciais contra as seguradoras, está acontecendo em para-lelo o processo arbitral já instaurado pela PCH Jacaré, contra o antigo contratado "CCPG - Consórcio Construtor PCH's Guanhães", para cobrança das penalidades contratuais e in-denizações devidas em razão do inadimplemento do Contrato EPC.

Em 31 de dezembro de 2017 a PCH Jacaré apresenta um Capital Circulante líquido negativo no valor de R\$8,78 milhões, em função do saldo devedor da conta de fornecedores e de provisão para as amortizações de curto prazo do financiamento contratado junto ao BNDES para implantação da PCH. A companhia vem recebendo aportes mensais para cumrimento de todos os seus compromissos financeiros conforme a necessidade tal variação decorrem apenas da necessidade contábil de provisão de gasto período de competência.

A Administração entende que o cenário atual de capital circulante líquido negativo não representa risco uma vez que a empresa encontra-se em fase de implantação recebendo apenas os recursos necessários para a conclusão do projeto e as obrigações firmadas junto ao BNDES. Os acionistas da Companhia possuem habilidade e intenção de seguir provendo recursos até que a Companhia comece a gerar caixa através de sua operação.

a) Concessão /Autorização

Data de Concessões / Autorizações PCH Jacaré Data do ato

## 2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de maio de 2018.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

strações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

## 3.2. Bases de elaboração

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da anhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram indadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

## a) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativo

L'Atros financeiros nao aerivativos.

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Compannia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e beneficios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros ão derivativos martidos em 31 de de-

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos, mantidos em 31 de de-A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos, mantidos em 31 de de-zembro de 2017, na categoria de empréstimos e recebíveis, pois são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transa-ção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores nobiliários.

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos

na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, mantidos em 31 de dezembro de 2017, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores.

## b) Caixa e equivalentes de caixa

Carixa e equivalentes de Carixa. Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.